



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER Nº 67, de 2020.

PROJETO DE LEI Nº 38, DE 2020.

RECEBIDO EM
5/14/2020 às
Câmara Municipal de Cascavel - Paraná
Diretoria Legislativa

PROponentes: Fernando Hallberg/PDT e Jorge Bocasanta/Patriota

RELATOR: Rafael Brugnerotto/PL

EMENTA: Dispõe sobre a fixação de placas informativas nas Unidades de Saúde do Município contendo os números telefônicos dos serviços de Ouvidoria do SUS.

PARECER FAVORÁVEL.

I - FUNDAMENTAÇÃO E VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Justiça e Redação opinar sobre os aspectos constitucionais, legais, regimentais e a boa técnica legislativa das proposições.

O projeto apresentado tem por escopo dispor sobre a fixação de placas informativas nas Unidades de Saúde do Município contendo os números telefônicos dos serviços de Ouvidoria do SUS.

De acordo com a justificativa: *“o objetivo do presente projeto é proporcionar acesso aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, aos números telefônicos das ouvidorias da saúde, uma vez que estas têm por finalidade ser um instrumento de participação social, tendo como papel a comunicação com a gestão pública, possibilitando assim maior eficiência e qualidade dos serviços prestados na saúde”*. Em suma, o projeto não encontra impedimentos, sendo que o artigo 30, inciso I, da Constituição Federal dispõe que os municípios tem autonomia para legislar sobre assuntos de interesse local.

Rua Pernambuco 1843 – Centro – CEP 85810-021 – Cascavel – Paraná Fone (45) 3321-8800

Fax (45) 3321-8881 – www.camaracascavel.pr.gov.br – E-mail: admin@camaracascavel.pr.gov.br



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

O direito à saúde tem previsão constitucional, conforme dispõe o artigo 196 da Constituição Federal:

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

Diante disso, a saúde passou a ser um direito público subjetivo, bem jurídico constitucionalmente tutelado, desta forma, cabe ao Poder Público formular e implementar políticas sociais e econômicas que visem garantir aos cidadãos o **acesso universal** e igualitário à assistência médico hospitalar.

Ainda, o art. 23, II da nossa Carta Magna, disciplina como competência comum entre todos os entes federativos “o cuidado à saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência”. Além disso, a Constituição e Tratados Internacionais asseguram, entre outras garantias, o direito à dignidade de todo cidadão brasileiro. Desse modo, para igualar as condições de conforto à obtenção desta garantia, são necessárias políticas públicas que deem eficácia a essas normas.

Além disso, a propositura está relacionada ao direito à informação, observa-se que ela propicia a concretização do dever constitucional imposto ao Poder Público, insculpido no art. 5º, incisos XIV e XXXIII, da Carta Magna, e também com base nos princípios constitucionais do artigo 37 também da Constituição.

Corroborando com o tema, a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), garante o amplo acesso à informação para promoção de uma gestão pública transparente:

“Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I – gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação; (...)”

Portanto, após avaliar a matéria como Relator, nos termos do artigo 38 *caput*, do Regimento Interno, não se verificam impedimentos constitucionais, legais e técnicos a tramitação do presente Projeto de Lei, deste modo, manifesto o meu voto **FAVORÁVEL**.

Rua Pernambuco 1843 – Centro – CEP 85810-021 – Cascavel – Paraná Fone (45) 3321-8800

Fax (45) 3321-8881 – www.camaracascavel.pr.gov.br – E-mail: admin@camaracascavel.pr.gov.br



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

II - VOTO DA COMISSÃO

A Comissão de Justiça e Redação por meio dos seus Vereadores acompanham o voto do Eminentíssimo Relator e opinam pelo Voto **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei.

É o Parecer. Sala das Comissões Permanentes.

Cascavel, 04 de maio de 2020.

Jaime Vasatta/PODE

Presidente

Rafael Brugnerotto/PL

Secretário

Josué de Souza/MDB

Membro



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº 38 DE 2020.

(Proponentes: Vereadores Dr. Bocasanta/Patriota e Fernando Hallberg/PDT)

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL

Recebido em 14/04/20
Protocolo

Dispõe sobre a fixação de placas informativas nas Unidades de Saúde do Município contendo os números telefônicos dos serviços de Ouvidoria do SUS.

A Câmara Municipal de Cascavel, Estado do Paraná, aprova:

Art. 1º As unidades de saúde do município, informarão os números telefônicos dos serviços de Ouvidoria do SUS, através de placas informativas.

Art. 2º As normas contidas na presente lei, serão afixadas em todas as unidades de saúde do município, em local visível e de fácil acesso pelos usuários, contendo os seguintes números:

- I – Ouvidoria do Ministério da Saúde – 136;
- II – Ouvidoria Geral do SUS Paraná – 0800 644 44 14;
- III – Ouvidoria Municipal – 156;

Câmara Municipal de Cascavel

Lido em 22/04/20

Gabriel
Vereador - 1º Secretário

Parágrafo único. As despesas para confecção de cartazes e/ou material de divulgação ocorrerão por meio de dotação orçamentária prevista para a comunicação social, constante na Lei Orçamentaria vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor, sessenta dias após sua publicação.

Palácio José Neves Formighieri, 68º aniversário de Cascavel.
Em 13 de abril de 2020.

Dr. Bocasanta
Vereador/Patriota

Fernando Hallberg
Vereador/ PDT

Justificação

Senhores Vereadores, o objetivo do presente projeto é proporcionar acesso aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, aos números telefônicos das ouvidorias da saúde, uma vez que estas têm por finalidade ser um instrumento de participação social, tendo como papel a comunicação com a gestão pública, possibilitando assim maior eficiência e qualidade dos serviços prestados na saúde.

Considerando o artigo 37, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal de 1988, que prevê a existência de uma lei que discipline as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta e que regule as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços.

Conforme definição do Ministério da Saúde, a Ouvidoria do SUS constitui-se num espaço estratégico e democrático de comunicação entre o cidadão e os gestores do SUS, relativos aos serviços